

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
LAURA BARCELOS TABORGA

O LUTO PARENTAL E A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Pouso Alegre/MG

2024

LAURA BARCELOS TABORGA

O LUTO PARENTAL E A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em psicologia pela Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS.

Prof. orientador: Me. Antônio Ângelo Favaro
Coppe

Pouso Alegre/MG

2024

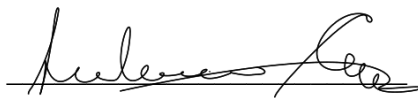
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

CURSO DE PSICOLOGIA

O LUTO PARENTAL E A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Laura Barcelos Taborga

Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia apresentado à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas, como exigência parcial para obtenção do título de Psicólogo.



Prof. Me. Antônio Ângelo Favaro Coppe
(orientador)

Prof. Me. Anita Bacellar
(examinador)

Prof. Dr. Fábio Rezek
(examinador)

Aprovada em 06 de novembro de 2024.

FICHA CATALOGRÁFICA

Laura Barcelos Taborga

O luto parental e a Abordagem Centrada na Pessoa / Laura Barcelos Taborga –
Pouso Alegre, 2024. 31f. il.

Orientador(a): Prof. Me. Antônio Ângelo Favaro Coppe

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade do Vale do Sapucaí
– UNIVÁS. Curso de Psicologia, Pouso Alegre, 2024.

Dedico este trabalho a todos os pais que por adversidades da vida perderam seus filhos e hoje continuam os amando em sua memória.

AGRADECIMENTOS

A priori gostaria de agradecer a Deus que me iluminou e me fortaleceu durante toda a minha vida.

Agradeço à minha família, que me apoiou e amparou durante os desafios e angústias da vida, que comemoraram minhas grandes e pequenas vitórias. Em especial meus pais, que não mediram esforços para que eu me tornasse uma pessoa ética e respeitosa, agradeço a minha querida irmã que andou para que eu pudesse correr, obrigada por iluminar meu caminho, por ouvir e acolher minhas dores e principalmente por torcer por mim durante toda minha vida. Eu os amo, apesar de poucas vezes dizer isso.

A meu amado companheiro de vida, Samuel, o qual também escolheu a psicologia como propósito de vida, obrigada por me amar da maneira mais genuína que posso imaginar, por acreditar sempre na minha tendência à atualização e por respeitar meus limites, a vida ao seu lado é feliz e divertida. Obrigada principalmente por ser meu refúgio durante a tormenta e por me incentivar a ser corajosa.

Gostaria de agradecer minhas amigas, companheiras de faculdade, as quais compartilhei as mais sinceras risadas e lágrimas durante o ciclo acadêmico. Viver esta etapa da vida ao lado de vocês me fortaleceu e me mostrou que afeto e empatia podem mudar vidas.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus incríveis professores, que me ensinaram essa linda e significativa profissão, a qual agora é meu propósito de vida. Vê-los e ouvi-los compartilhar suas vivências pessoais e profissionais me engrandeceram e me mostraram que estava no caminho certo. Obrigada por acolher-nos e sanar nossas dúvidas. Em especial, a meu querido orientador, Prof. Me. Antônio Ângelo Favaro Coppe, o qual me guiou durante a construção do presente trabalho e me apresentou a magnífica Abordagem Centrada na Pessoa, a qual transformou meu jeito de ser.

Obrigada a todos que estiveram comigo durante esta etapa da minha vida, vocês foram agentes facilitadores em meu processo de formação e eu serei eternamente grata a vocês.

RESUMO

Na contemporaneidade, morte e finitude são assuntos difíceis para o ser humano, ainda mais em uma sociedade imersa na constante produtividade e insensibilidade. Apesar de a morte ser um processo natural da vida, os indivíduos a veem como um tabu. Perante a dificuldade em falar sobre morte e finitude, o luto se tornou algo a ser superado e, em alguns casos, é até mesmo invalidado. Levando isso em consideração, o presente trabalho construído a partir de uma revisão bibliográfica, aborda o luto parental, sendo este o luto vivenciado por pais que perderam seus filhos, com o objetivo de apresentar como a psicoterapia com enfoque na Abordagem Centrada na Pessoa pode auxiliar os pais e familiares no processo de enfrentamento deste luto, além de estimular os indivíduos a naturalizarem o assunto em questão, principalmente profissionais da saúde, os quais devem promover um acolhimento e amparo eficientes ao enlutado.

Palavras-chave: Luto parental; Morte; Abordagem centrada na pessoa.

ABSTRACT

In contemporary times, death and finitude are difficult subjects for human beings, even more so in a society immersed in constant productivity and insensitivity. Although death is a natural process of life, individuals see it as a taboo. Given the difficulty in talking about death and finitude, mourning has become something to be overcome and, in some cases, is even invalidated. Taking this into consideration, this work, constructed from a bibliographic review, addresses parental mourning, which is the mourning experienced by parents who have lost their children, with the objective of showing how psychotherapy with a focus on the Person-Centered Approach can help parents and family members in the process of coping with this mourning, in addition to encouraging individuals to naturalize the subject in question, especially health professionals, who must provide efficient reception and support to the bereaved.

Keywords: Parental grief; Death; Person-centered approach.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MORTE E LUTO (PARENTAL).....	12
3	ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA (ACP) E O LUTO PARENTAL	20
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Segundo Escudeiro (2024, p. 13), “a sociedade contemporânea ainda não se sente à vontade para discutir temas sensíveis, importantes para o funcionamento psíquico e o equilíbrio dos seus indivíduos”, como, por exemplo, temas voltados à morte, finitude e luto. Entretanto, devemos compreender que vida e morte são partes de um mesmo processo, não podem ser separadas, onde uma existir, a outra também existirá. Escudeiro (2024, p. 22) postula que “ao falarmos de morte, estamos nos referindo também à vida, uma vez que já começamos a morrer a partir do momento em que nascemos” (Escudeiro, 2024).

Tavares (2001) diz que a morte é uma possibilidade geral, uma vez que ela é vivenciada por todos os que estão vivos, ela é intransferível, irreversível e incerta com relação à quando chegará, e a dor da perda gerada pela morte é vivenciada por aqueles que permanecem vivos, o processo de luto se inicia no instante em que a vida da pessoa querida se esvaeci de seu corpo físico e em alguns casos antes mesmo da morte chegar, a partir disso o enlutado terá que lidar com a ausência, com o silêncio, com o invisível e com as memórias (Tavares, 2001). Segundo Coppe (1995, p. 39), “ao pensarmos em morte, não podemos nos restringir ao morto, ao cemitério ao sepultamento, devemos observar que a morte é o fato de não ter alternativas, possibilidades de retorno e reparações” (Coppe, 1995). Tais questões podem levar o indivíduo a vivenciar um luto complicado, gerando assim angústia e sofrimento psíquico, necessitando de auxílio de profissionais (Escudeiro, 2024).

Segundo Machado Filho (1977, p. 681), luto significa um sentimento de “pesar ou tristeza pela morte de alguém”, segundo Santiago (2017) um dos primeiros autores a construir uma definição de luto foi Freud, o qual caracterizava o luto como o rompimento ou perda significativa entre o ser e seu objeto, perda esta que não significava necessariamente a morte do ente querido, mas a ausência de todo o investimento afetivo nele depositado, para Freud, segundo Santiago (2017) o luto é um processo natural inerente a vida e faz parte do processo de desenvolvimento do indivíduo (Santiago, 2017).

O luto parental, segundo Tavares e Tavares (2016, p. 48) “inclui desde a morte do sonho de ser mãe ou pai, pelo filho que não nasceu, por infertilidade, até a perda de filhos em qualquer idade, passando pelo aborto, natimorto, morte perinatal, da criança, do adolescente e do adulto” (Tavares e Tavares, 2016).

Segundo Freitas *et al* (2014), perder um filho é viver uma promessa não realizada, é perder o próprio futuro. Os pais enlutados sentem que perderam uma parte de si, como se tivessem perdido uma parte do seu próprio corpo, há algo faltando em suas vidas (Freitas *et al*, 2014). Sendo assim, como a psicoterapia na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) poderia ajudar?

Esta é a ideia principal deste trabalho, demonstrar a partir de uma revisão bibliográfica qualitativa como a psicoterapia com enfoque na Abordagem Centrada na Pessoa pode ajudar mães e pais no processo de enfrentamento do luto pela perda de seus filhos, além de buscar compreender as nuances e etapas do processo de morte e luto vivenciado por estas pessoas.

A Abordagem Centrada na Pessoa acredita no potencial humano e traz consigo a ideia de que o indivíduo tem em si força interna para desenvolver suas potencialidades e capacidade para ser o que realmente se é, estando consciente de suas atitudes perante suas experiências (Silva, 2023). Rogers acreditava que, em um clima facilitador, onde o terapeuta experimente uma compreensão empática e acordo interno diante do cliente, além de uma consideração positiva incondicional, o processo psicoterápico apresentará resultados (Rogers, 1977).

Santiago (2017, p. 13) postula que “a ACP não olha o luto como uma doença, pelo contrário, entende ser o luto uma situação normal, ou seja, um sentimento válido e que está relacionado ao vazio de mundo que é sentido devido á perda e que é necessária uma ressignificação deste mundo” (Santiago, 2017).

O presente trabalho está estruturado em 2 capítulos, os quais abordarão respectivamente os temas morte e finitude, as etapas do luto e como ele é vivenciado pelos pais que perderam seus filhos; os princípios e as atitudes facilitadoras utilizadas na psicoterápica com enfoque na Abordagem Centrada na Pessoa, contextualizando o surgimento da abordagem e como ela atua. Por fim, buscaremos responder como as atitudes facilitadoras de Carl Rogers podem ajudar pais no processo de enfrentamento do luto pela perda de seus filhos.

2 MORTE E LUTO (PARENTAL)

Ao longo de sua vida o ser humano vivencia diversos processos de luto, seja por morte ou distanciamentos, como, por exemplo divórcios, perda de emprego ou até mesmo laços desfeitos. Esses processos geram nas pessoas diversos sentimentos, assim como inúmeras reações. Uma perda não necessariamente tem relação com a ausência física, como a morte, mas sim com o investimento afetivo-emocional depositado na pessoa ou objeto em questão (Moura, 2023).

Escudeiro (2024, p. 32) postula que a “morte é apenas uma abstração, uma conjectura, ela simplesmente não existe e não há possibilidade de termos acesso a ela”. Não saberemos o que é morrer, pois não há como estarmos vivos e mortos ao mesmo tempo, com isso o que nos aproxima da morte é a perda de um ente querido (Escudeiro, 2024).

Segundo Moura (2023, p. 91) “a morte é um processo inerente a vida, muitas vezes revestida por um tabu que se evidencia através das posturas assumidas, como a negação e a constante busca por prolongamento da vida”. A própria morte é vista como algo distante e até mesmo impossível, mas ao vivenciar a morte de alguém importante evidencia-se a própria finitude, colocando o sujeito em contato com a própria morte, gerando neste o sentimento de culpa, vergonha e angústia (Moura, 2023).

Tavares (2001, p. 24) afirma que “a morte é uma possibilidade geral, uma vez que atinge todos os seres vivos. É intransferível, irreversível e incerta, quanto ao seu advento” (Tavares, 2001).

Escudeiro (2024) postula duas formas de concepção da morte, a primeira delas seria a *morte do outro*, que ao pensar no falecimento de um ente querido têm-se sentimentos de tristeza, solidão, abandono, desamparo, saudade e insegurança. Segundo Escudeiro (2024, p. 33) “imaginar o mundo sem aquela pessoa querida causa dor e sofrimento, e a sensação mais comum é achar que aqueles sentimentos nunca irão passar”. A segunda forma de concepção de morte é quando se pensa na *própria morte*, a qual leva-se a consciência da condição finita do ser humano, e não saber como irá morrer e nem quando acontecerá gera ainda mais angústia no indivíduo. Neste momento é comum se pensar em projetos inacabados ou ainda não

realizados, sente-se o desejo de realizar sonhos antes que seja tarde demais (Escudeiro, 2024).

Com o decorrer do tempo houve um afastamento do processo de morrer, o que na Idade Média era considerado um processo ritualístico, simbólico e natural, no Período Medieval tornou-se um processo organizado pelo próprio indivíduo que viria a falecer, organização esta que se estendia até o local do sepultamento, sendo prevalecidas as igrejas, devido a proteção dos santos. Houve também um distanciamento espacial do processo de morrer, saindo do ambiente domiciliar para o hospitalar, ocorrendo assim um isolamento do processo e da pessoa o qual a vivência (Moura, 2023).

Segundo Escudeiro (2024), a morte e o tabu que a cerca ficaram mais evidentes durante a pandemia do Covid-19, onde a morte passou a fazer parte do cotidiano da população do planeta, neste período, além de se falar e vivenciar constantemente os processos de morte, houve uma mudança na forma como os enlutados ritualizaram seus mortos, visto que estes eram enterrados em caixões lacrados, gerando a incerteza da morte, pois os enlutados não podiam ver seus entes queridos no momento do sepultamento (Escudeiro, 2024).

Moura (2023) pontua que na contemporaneidade os seres humanos estão imersos em seu cotidiano, o qual é permeado de hábitos e metas, esta maneira de viver não se atenta ao fim da vida, o que se denomina “cegueira à morte”, sendo isto uma fuga da ideia de finitude do homem. Entretanto, essa negação não desacelera o fim do ser humano, pois ao estar vivo há a possibilidade de morte (Moura, 2023). Becker (1973, *apud* Escudeiro, 2024, p. 38) diz que “o terror da finitude seria a base de todas as angústias do homem e, ao mesmo tempo, seria aquilo que o impulsiona na vida, tanto no que diz respeito aos comportamentos quanto à subjetividade humana”. D’Assumpção (2005, p. 16, *apud* Escudeiro, 2024, p. 32) reafirma que o tabu da morte reforça ainda mais a negação humana sobre o assunto ao dizer: “A morte é um tabu para o ser humano, especialmente na era da ciência e da tecnologia em que vivemos. Conseguimos descobrir os segredos do espaço sideral, mas não conseguimos conviver com o grande mistério que somos nós mesmos” (Escudeiro, 2024).

Ao perder alguém próximo a nós esse mistério que a morte suscita fica ainda mais incompreensível. Bowlby (1985, *apud* Escudeiro, 2024, p. 76) diz que: “a perda

de uma pessoa amada é uma das experiências mais intensamente dolorosas que o ser humano pode sofrer. É penosa não só para quem a experimenta, como também para quem observa, ainda que pelo simples fato de sermos tão impotentes para ajudar”. Perder algo ou alguém significa privação, não ter mais acesso aquele que se foi, Escudeiro (2024, p. 59) afirma que “somente os que se mobilizam e reconhecem a necessidade de conviver com esse sofrimento conseguirão vivenciar um processo de luto saudável” (Escudeiro, 2024).

O processo de luto, segundo Escudeiro (2024) é um processo natural após uma perda significativa. Neste momento é importante que os familiares do enlutado entendam a necessidade deste vivenciar esse processo de forma natural e pessoal. Reforçando isto, Escudeiro (2022, p. 18, *apud* Escudeiro, 2024, p. 78) diz: “o luto não é uma doença, é o processo psicológico do qual o sujeito participa ativamente na sua condução, e com o apoio da rede social ele consegue enfrentar a perda de forma menos dolorosa” (Escudeiro, 2024).

Elisabeth Kübler-Ross (2017) postula o luto em cinco fases, sendo elas a negação, a raiva, a barganha, a depressão e a aceitação.

Na fase da negação, o indivíduo que recebe a notícia de que seu ente querido virá a falecer ou até que sua própria morte é eminente, não acredita no que ouve. É comum nessa fase buscar ajuda e tentar encontrar respostas que digam o contrário, costuma-se ir de médico em médico buscando uma cura para a morte, até que a realidade começa a se fazer presente. Neste momento, é importante que os demais familiares sejam comunicados para que assuntos importantes sejam resolvidos (Kübler-Ross, 2017).

A fase de raiva assume o lugar da negação, é quando o indivíduo assume a consciência da morte e sente raiva pela situação que se encontra, esta raiva é direcionada principalmente aos médicos e demais cuidadores do enfermo, assim como pode ser direcionada ao próprio ente falecido, simplesmente por este partir. Há também a culpa e ressentimento por não atender alguma das vontades do ente querido enquanto este ainda estava vivo neste período do luto (Kübler-Ross, 2017).

Segundo Kübler-Ross (2017, p. 89) “a barganha, na realidade, é uma tentativa de adiamento” da morte. Enlutados vivem essa fase principalmente no luto antecipatório, quando há um diagnóstico de doença grave, neste momento suplicam por uma cura, a barganha é principalmente voltada a Deus, onde os enlutados fazem

promessas em troca de uma cura, esta fase também é vivida pelo próprio enfermo, que no momento de angústia pela morte se apegar a tudo que está ao seu alcance, após negarem e sentirem raiva pela situação que se encontram os enlutados passam a suplicar com calma, colando sua última esperança nas mãos de outros (Kübler-Ross, 2017).

Quando já não se pode mais negar a perda e o enlutado é forçado a seguir sua vida, ou em casos de luto antecipatório em que a doença começa a debilitar cada vez mais o ente querido, o sentimento de raiva e revolta darão lugar a uma sensação de grande perda antes mesmo da perda real, essa é a fase da depressão, onde os indivíduos já não possuem mais esperança de cura e começam a se despedir de seus familiares (Kübler-Ross, 2017).

Por último, a fase de aceitação, essa não pode ser confundida com um estágio de felicidade. Na fase de aceitação, o enlutado já não sente mais raiva pela situação, este já externalizou suas dores e angústia e logo começará a se reorganizar (Kübler-Ross, 2017).

Escudeiro (2024) postula que apesar de o luto ser vivido em sua maioria em fases, estas não são necessariamente vividas de maneira linear, como Bowlby (1985, *apud* Escudeiro, 2024, p. 89) ressalta o “enlutado pode retroagir de uma fase para a anterior”, é necessário ter cuidado com essas fases, pois o enlutado pode ficar ansioso para passar de fase como se estivesse em uma competição (Escudeiro, 2024).

Durante as fases iniciais do luto é comum o enlutado se apegar a algum objeto do falecido, como roupas, joias e artigos pessoais, o que se denomina “objeto de ligação”, que logo após a perda parecem proporcionar conforto ao enlutado, entretanto, é necessário que os familiares se atendem a isso, pois como afirma Escudeiro (2024, p. 81) “no início do luto, o objeto de ligação parece não ser prejudicial ao enlutado, mas a longo prazo pode atrapalhar o processo de luto e dificultar o seu término, causando sofrimento e tristeza pelo fato de que aquilo não trará o ente querido de volta” (Escudeiro, 2024).

Em termos de sentimentos, no geral para a maioria das pessoas as reações a perda são expressas pelo choro, a tristeza também pode vir sem lágrimas, a raiva é comum no processo normal de luto, podendo ser direcionado ao hospital, aos médicos, as enfermeiras e até para Deus, também há o sentimento de culpa por não ter realizado algum desejo do falecido enquanto ainda estava vivo, a ansiedade é uma

reação normal nestas ocasiões, visto que o enlutado pode pensar que não irá conseguir retornar ao seu cotidiano sem o ente perdido, a solidão está presente principalmente no luto vivenciado pela perda do cônjuge. Escudeiro (2024, p. 79) afirma que: “o importante é que o enlutado se permita sentir tristeza, evitando guardar os sentimentos e não contribuindo para que o processo de luto se complique” (Escudeiro, 2024).

No geral, o processo de luto se desenvolve de maneira normal para a maioria das pessoas, podendo variar de uma para outra, visto que é um processo pessoal, mas natural. Entretanto, para algumas pessoas, o processo de luto pode se complicar devido as dificuldades que o enlutado vivencia ao prosseguir sem o ente perdido. Worden (2013, *apud* Escudeiro, 2024) aponta algumas reações comuns no processo de luto complicado, sendo elas: reações crônicas, retardadas, exageradas e mascaradas (Escudeiro, 2024).

Na *reação crônica*, o processo de luto parece não ter fim, o enlutado não consegue dar prosseguimento à sua vida cotidiana, não aceitando que o ente perdido não voltará mais (Escudeiro, 2024).

As *reações retardadas* indicam que o enlutado não processou o luto de maneira condizente com relação a importância do ente perdido e as emoções expressas não foram suficientes, esses sentimentos não expressos podem surgir tempo depois da perda em um evento menos significativo (Escudeiro, 2024).

As *reações exageradas* são vivenciadas por enlutados sobrecarregados, os quais não conseguem progredir em seu processo de luto para concluí-lo. Este indivíduo tem consciência de que suas reações exageradas advêm da perda sofrida e pede ajuda quando os sintomas começam a prejudicá-lo em atividades do seu dia a dia. Neste tipo de reação, é comum o surgimento de uma depressão clínica, enfatizando o sentimento de desamparo. O alcoolismo e a ingestão de substâncias tóxicas podem indicar uma tentativa de defesa inadequada após a perda (Escudeiro, 2024).

Por fim, as *reações mascaradas* geralmente aparecem após um ano da perda e podem se revelar através de sintomas físicos e comportamentos desadaptativos, ou até mesmo sintomas psiquiátricos (Escudeiro, 2024).

Uma das perguntas mais frequentes é quanto tempo leva para o processo de luto terminar, com relação a isso Escudeiro (2024, p. 88) afirma que “seria leviano

estabelecer o mesmo padrão de duração do luto para alguém que sofreu a perda de um familiar de forma natural ou por doença e para pais que perderam um filho”. O luto, como supracitado acima, é um processo natural, pessoal e intransferível, onde cada indivíduo sente e vivencia sua perda de forma distinta, não podendo assim definir um tempo igual para situações e pessoas diferentes (Escudeiro, 2024).

Enfatizando o luto parental, G. Tavares e E. Tavares (2016, p.48) fazem a seguinte reflexão: “quando se perde o cônjuge, fica-se viúvo, ao se perder os pais, fica-se órfão, mas quando morre o filho, não existe um nome”. Ao perder um filho, também se perdem as expectativas e projeções depositadas neste, além de vivenciar a perda da sequência lógica da finitude, a qual pressupõe que os pais devam morrer antes dos filhos (Tavares & Tavares, 2016).

Segundo G. Tavares e E. Tavares (2016) após a perda de um filho toda a estrutura familiar se abala, tocando a relação dos pais como casal, a relação dos pais com os filhos que estão vivos e a relação entre irmãos, neste momento pós-perda existe a possibilidade da família se desfazer, pois há o desafio da reconstrução de arranjos familiares o qual necessita da participação de todos os membros daquele núcleo (Tavares & Tavares, 2016).

Escudeiro (2024, p. 61) postula que “após a morte de um dos filhos, também é comum a negligência dos pais em relação aos filhos sobreviventes, além da tentativa de esconder a tristeza e a dor da perda, numa tentativa de protegê-los do sofrimento”. Essa proteção não ajuda no luto dos irmãos, pelo contrário, inibe eles de vivenciarem a dor do luto. Ao tentar esconder sua dor, os pais perdem a oportunidade de processar o luto em conjunto com os demais filhos, Escudeiro (2024, p. 61) afirma que “chorar sozinho é importante, mas chorar em conjunto com a família ajuda muito mais” (Escudeiro, 2024).

Como supracitado acima, a sociedade ainda sente dificuldade em falar sobre morte e finitude, principalmente a morte de um filho, segundo Escudeiro (2024, p. 61) “de modo geral, as pessoas não estão preparadas para dar amparo aos pais cujos filhos morreram”. Worden (2013, p. 165, *apud* Escudeiro, 2024) afirma que amigos e familiares podem não compreender a dor vivenciada por estes pais e não sabem como dar apoio de maneira empática, principalmente quando já se passou muito tempo após a perda e os pais ainda se veem no processo de luto. Escudeiro (2024, p.62)

acrescenta que “para pais que perderam filhos, um ano de luto é apenas o começo de uma jornada longa” (Escudeiro, 2024).

Há inúmeras maneiras de se perder um filho, as mais comuns citadas por Escudeiro (2024) são: a) morte no berço; b) filhos com doenças fatais; c) natimortos e d) perda gestacional. Sendo a) a morte repentina sem explicação plausível, considerada “síndrome da morte súbita infantil” podendo ocorrer entre os dois meses até um ano de vida do bebê. Este tipo de perda tende a gerar conflitos entre os pais, além de culpa exacerbada, pois o bebê não apresenta sinais prévios. Essa culpabilização se volta principalmente para a mãe, pois essa é a principal cuidadora na maioria das vezes. Nestes casos, é comum os pais como casal se distanciarem e até mesmo se separem, pois um culpabiliza o outro por negligência, mesmo essa não sendo a causa da morte (Escudeiro, 2024).

O luto por filhos com doenças fatais (b) se inicia quando o diagnóstico é comunicado aos pais, os quais tendem a negar o fato, levando algum tempo até que consigam admitir que a doença pode ser fatal. Essa negação vai diminuindo conforme a doença progride, gerando raiva pela possibilidade da perda. Segundo Escudeiro (2024) é comum os pais nesta situação negligenciarem os demais filhos, assim como suas atividades cotidianas e profissionais, pois sua atenção e preocupação estão voltadas para o filho doente (Escudeiro, 2024).

A perda de crianças que nascem mortas, os c) natimortos, gera nos pais sentimento de frustração e decepção, pois esperava-se levar o filho para casa após o nascimento. Nestes casos, é comum os pais terem dificuldade para desmontar o quarto do bebê e, apesar de doloroso, é recomendado que a mãe segure seu bebê e fique um pouco com ele, para que se consiga vivenciar um luto saudável (Escudeiro, 2024).

A perda gestacional (d) não é reconhecida pela sociedade como passível de luto, principalmente o luto da mãe, pois não se compreende que o vínculo materno, relação mãe-filho, já existe durante a gestação. A falta de compreensão sobre este luto dificulta o processo de elaboração da perda por parte dos pais. Situações como estas mostram que a sociedade precisa ser orientada para o acolhimento da mãe que perde seu bebê durante a gravidez e que os serviços de saúde levem a dor da perda vivida por essas pessoas em consideração (Escudeiro, 2024).

Em 16 de Abril de 2024 a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.640/2022, a qual visa estabelecer a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, que tem como propósito estabelecer manejos que auxiliem essas famílias no processo de luto, se de fato for aprovada como uma lei definitiva será um marco importante para a sociedade, a qual contará com profissionais capacitados para o acolhimento do luto vivenciado por pais que perderam os filhos (Brasil, 2022).

Tendo em vista que o processo de luto é um momento delicado, principalmente o luto parental, ressalta-se a necessidade de atenção para com essas pessoas, as quais vivenciam este momento. Uma das maneiras de se promover a saúde e amparo a estas famílias, é o acompanhamento psicológico, o qual deve ser realizado por um profissional de Psicologia, o psicólogo/psicoterapeuta.

Veremos no próximo capítulo como o trabalho psicoterapêutico, embasado pela Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), atua ante ao luto parental.

3 ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA (ACP) E O LUTO PARENTAL

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) teve sua origem na década de 40 pelo Psicólogo Carl Rogers (1902-1987), a qual está introduzida na Psicologia Humanista Existencial Fenomenológica, conhecida como a terceira força teórica da Psicologia. Seus princípios estão envoltos na crença na atualização do ser humano e suas potencialidades e a não diretividade (Boainain 1998). Rogers (1977, p. 39) acreditava que “o ser humano tem a capacidade, latente ou manifesta, de compreender-se a si e de resolver seus problemas de modo suficiente para alcançar a satisfação e eficácia necessárias ao funcionamento adequado” (Rogers, 1977).

Para Rogers (1983) essa capacidade é algo natural do ser humano e de qualquer outro organismo vivo, algo inerente a sua existência, não importando se o estímulo venha de dentro ou de fora, o comportamento do organismo estará sempre voltado a sua manutenção, desenvolvimento e/ou reprodução, este é o processo que chamamos de *vida*. Essa tendência está presente em todas as nossas ações e ocasiões, pois é somente na presença ou ausência desta tendência ao crescimento que podemos dizer se dado organismo está vivo ou não. Entretanto, essa tendência requer certas condições para ser ativada, condições as quais podem ser definidas como atitudes psicológicas facilitadoras, que seriam oferecidas pelo psicoterapeuta (Rogers, 1983).

O psicoterapeuta assume a responsabilidade de ofertar um clima e ambiente libertador de forças que estejam a impedir e dificultar o crescimento e desenvolvimento do cliente (Rogers, 1946). Rogers (1977) postula que para o processo terapêutico acontecer é necessário que duas pessoas estejam em uma relação terapêutica, em que a pessoa a qual se denomina cliente, esteja em um estado de desacordo interno, vulnerabilidade e/ou angústia, e a outra pessoa a qual se denomina psicoterapeuta, esteja em acordo interno – pelo menos durante o tempo de sessão (Rogers 1977).

Para se criar um clima facilitador, Rogers (1983) expõe que são necessárias três condições primordiais, tais condições se aplicam a qualquer situação em que se objetiva o desenvolvimento da pessoa, como por exemplo, relações de pai-filho, líder

e grupo, psicoterapeuta e cliente. A primeira condição se denomina *autenticidade, sinceridade ou congruência*, Rogers (1983, p. 38) diz que “quanto mais o terapeuta for ele mesmo na relação com o outro, quanto mais puder remover as barreiras profissionais ou pessoais, maior a probabilidade de que o cliente mude e cresça de modo construtivo”. O terapeuta vivencia abertamente os sentimentos e atitudes daquele momento, assim como o cliente, não há barreiras para que se possa criar qualquer resistência (Rogers, 1983).

A segunda condição é a *aceitação, o interesse ou a consideração positiva incondicional*, o psicoterapeuta vivencia uma atitude aceitadora com relação a qualquer sentimento, reação e/ou atitude que o cliente experiencie, gerando assim segurança para que o cliente possa expressar qualquer sentimento, não havendo julgamentos ou preconceitos sobre (Rogers, 1983).

A terceira condição facilitadora é a *compreensão empática*, onde o psicoterapeuta consegue captar assertivamente os sentimentos e significados pessoais expressos pelo cliente e os comunica a este, a fim de esclarecer não só o que está consciente, mas também aquilo que está abaixo da consciência (Rogers, 1983).

Rogers aponta que:

Este tipo de escuta ativa e sensível é extremamente raro em nossas vidas. Pensamos estar ouvindo, mas muito raramente ouvimos e compreendemos verdadeiramente, com real empatia. E, no entanto, esse modo tão especial de ouvir é uma das forças motrizes mais poderosas que conheço (Rogers, 1983, p. 39).

Na psicoterapia embasada pela Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) o psicoterapeuta não deveria mais dirigir o processo, a investigação, a análise e as reflexões, mas sim favorecer a liberação e os exercícios da tendência atualizante e potenciais transformadores do próprio cliente, os quais se tornariam plenamente capazes e independentes para resolver os problemas e dificuldades, presentes ou futuras, que viriam a se defrontar em seu processo de desenvolvimento, como, por exemplo o processo de luto (Boainain, 1998).

O luto parental para a Abordagem Centrada na Pessoa é como qualquer outra narrativa do cliente, é parte da sua vivência. Segundo Silva (2023, p. 12) “na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, o luto pode ser descrito como a vivência de pensamentos, sentimentos e sensações físicas relacionadas a mudanças

no campo fenomenológico de uma pessoa”. Como supracitado acima, a ACP não vê o luto como algo a ser superado ou uma doença a ser curada, mas sim como uma situação natural e pertencente ao processo de vida do cliente (Silva, 2023).

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) pode considerar a perda como uma ameaça à noção de eu do indivíduo e o luto como um processo de autorregulação, diante a um tensionamento do organismo-ambiente gerado pela morte de um ente querido. A autorregulação está diretamente ligada a tendência atualizante, a qual diz respeito ao seu desenvolvimento de potencialidades, que visa garantir a segurança e crescimento psíquico, devemos ressaltar que a tendência a autorregulação visa alcançar aquilo que é considerado importante ou enriquecedor para a congruência do cliente, sendo assim, a elaboração da perda pode promover dor, mas poderá gerar crescimento e autoconhecimento (Silva, 2023).

Silva postula que:

As autorregulações buscam formas de lidar com a perda ou de reduzir a tensão entre organismo e ambiente provocado pela morte. Trata-se de buscar equilíbrio, automodificar-se ou adaptar-se ao ambiente, mudar o ambiente para adequá-lo à sua experiência. (Silva, 2023, p. 14)

Como vimos no capítulo anterior, para muitos profissionais o luto é vivenciado por etapas e/ou fases que o enlutado vivenciará psicologicamente, postulando que o principal objetivo psicoterapêutico é auxiliar o cliente a passar por essas fases e/ou tarefas, a fim de romper o vínculo com o ente falecido e seguir em frente. Entretanto, para a ACP o objetivo principal é auxiliar o cliente a integrar a perda em suas vidas da forma mais adequada possível, durante o tempo que o próprio cliente julgar necessário (Silva, 2023).

O psicoterapeuta assume a função de facilitar o processo de elaboração do luto, lhe oferecendo possibilidades para que se desenvolva propósitos de vida e atitudes que lhe permitam viver de forma plena, seja desapegando do ente querido ou mantendo-o em sua memória de forma representativa (Silva, 2023).

Para se trabalhar com pais enlutados o psicoterapeuta centrado na pessoa deve entender que é fundamental a presença da congruência e da autenticidade durante a psicoterapia, pois é importante que o enlutado se sinta seguro e considerado pelo psicoterapeuta, para que assim possa experienciar sua dor pela perda e questões existenciais geradas por ela (Silva, 2023).

Os enlutados precisam que o psicoterapeuta experiencie perante suas narrativas a consideração positiva incondicional, pois estes podem vivenciar um lapso entre sua própria experiência perante o luto e as expectativas de comportamento advindas das pessoas ao seu redor. Sendo assim, a pessoa a qual vivencia o processo de luto necessita ser ouvida de maneira genuína, sem julgamentos, pois ao estar livre dessas ameaças poderá expressar seus sentimentos mais profundos e pensamentos mais intensos, os quais muitas vezes são os mais inquietantes no processo do luto (Silva, 2023). A consideração positiva incondicional perante o luto parental significa um respeito e apreço pelo cliente como pessoa, um desejo de que este possa experimentar seus sentimentos a sua própria maneira (Rogers, 2009).

A compreensão empática também se torna fator importante e extremamente necessário perante o trabalho com pais enlutados, pois a empatia se profundamente vivenciada e comunicada é capaz de promover a compreensão cada vez mais assertiva do psicoterapeuta para com o cliente, facilitando assim a simbolização da experiência e abertura para a elaboração do luto, à medida que o cliente se conscientiza de seu processo ele descobre que é capaz de construir um autoconceito mais independente e favorável, é capaz de aceitar e dar sentido a sua dor, passando a se compreender cada vez mais e a criar novos significados para sua experiência, explorando assim seu crescimento (Silva, 2023).

Rogers (1983) resume que a Abordagem Centrada Pessoa (ACP) é eficaz no trato com pais enlutados e demais clientes, pois quando as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude maior de consideração positiva sobre si mesmo, aceitando e evoluindo de maneira saudável perante os enfrentamentos da vida, e quando são ouvidas de maneira empática é ofertado a elas a possibilidade de escutarem suas experiências mais internas de maneira mais cuidadosa. À medida que o cliente compreende suas próprias experiências, acaba se tornando mais congruente, isto é: mais verdadeiro consigo e mais livre para ser ele mesmo (Rogers, 1983).

Rogers (2009) diz que o processo psicológico embasado pela Abordagem Centrada na Pessoa se torna eficiente a partir do momento que o psicoterapeuta entende que:

É somente à medida que compreendo os sentimentos e pensamentos que parecem tão terríveis para você, ou tão fracos, ou tão sentimentais, ou tão bizarros – é somente quando eu os vejo como você os vê, e os aceito como

a você, que você se sente livre para explorar todos os cantos recônditos e fendas assustadoras de sua existência interior e frequentemente enterrada.
Rogers (2009, p. 38)

Coppe (2002, p. 61) diz “a dor do outro não é a minha dor, mas ela me dói”, no lugar de psicoterapeuta centrado na pessoa atuando frente ao luto parental, devemos ter a compreensão empática, aceitação positiva incondicional e congruência alinhadas. Rogers (2009) postula que, a relação que considera útil ao cliente é aquela onde o psicoterapeuta é transparente sobre seus sentimentos perante a ele, onde experimente uma aceitação do cliente como pessoa e o compreenda empaticamente, pois quando o psicoterapeuta assume este papel, ele se torna uma companhia ao seu cliente, a qual o acompanha em sua busca por si mesmo (Rogers, 2009).

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), tanto na prática, quanto na teoria, se baseia na confiança em todos os seres humanos e todos os organismos, e acredita que, todos esses podem evoluir. Rogers (2009) postula que, dentro de um clima psicológico adequado, essa tendência ao crescimento é liberada, se tornando real ao cliente em vez de potencial (Rogers, 2009).

Tavares (2001) ressalta que como seres humanos e mortais devemos compreender que saúde e bem-estar são estados mutáveis, onde há um processo dinâmico para equilibrar todas as proporções do ser, a biológica, psicológica, social e espiritual, estes campos estão voltados para o desenvolvimento de autonomia, autoria e autoridade sobre a própria vida (Tavares, 2001).

Segundo Tavares (2001, p. 49) “terapia é atividade religiosa, no sentido de religação, está a serviço de religar sentidos entre o que se sente e o que se expressa, entre o que se percebe e o que se age”. O psicoterapeuta não se torna alguém com poder sobre o outro, mas sim aquele que motiva e oferta suporte para que o cliente articule suas proporções e as organize perante a si próprio e suas relações. Ser psicoterapeuta é se valer além de técnicas, é usar a si mesmo com toda a sua habilidade e competência profissional para ser facilitador no processo de outra pessoa (Tavares, 2001).

Pais enlutados ao buscarem ajuda na psicoterapia estão mobilizados pela dor, mostram-se feridos, mas dentro de si ainda há um potencial curador, que naquele momento frágil não conseguem reconhecer sozinhos. Em alguns casos, o cliente projeta no psicoterapeuta esse potencial curador e a tentação por assumir este papel de “curador” pode ser grande, pois é como um alimento para a vaidade do poder sobre

alguém. Entretanto, vale lembrar que a eficácia e eficiência do processo de psicoterapia dependem da humildade do psicoterapeuta em reconhecer que o cliente é quem deve ser seu próprio curador, pois há nele a capacidade para isso (Tavares, 2001).

Ao atuar como psicoterapeuta ante ao luto parental, devemos auxiliar o cliente enlutado a trabalhar sua dor, não para superá-la ou curá-la, mas sim a aceitá-la em sua vida. Para alcançar uma vivência autêntica e verdadeira, é necessário aceitar que essa dor a qual está sentindo é realmente terrível e que está tudo bem se não se sentir completo depois de perder alguém que ama. Devine (2021, p. 25) postula que “quando mudamos o foco e apenas cuidamos da dor em vez de tentar curá-la, todo um mundo de apoio se abre. Validação e conversas francas sobre a realidade do luto são capazes de transformar coisas” (Devine, 2021).

Falar sobre a realidade do luto é uma das principais formas de conseguir seguir em frente, a dor do enlutado é realmente terrível, ele não enlouqueceu, aconteceu algo ruim em sua vida e ele está reagindo como qualquer pessoa sã reagiria (Devine, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a uma sociedade que visa a produtividade e excelência, a morte e as dores do luto foram postos como algo inaceitável, uma doença ou um problema a ser superado. Os seres humanos colocam algo inerente a sua existência como uma questão a ser resolvida, como se fosse possível resolver a morte, se esquecem que são meros mortais e tentam mudar o fato de que todos nós um dia iremos morrer.

Ao defrontar-se com a morte de um ente querido, o indivíduo se autopercebe no mundo e a máxima de que um dia também irá morrer se torna consciente, isto pode lhe gerar angústia, pois não há como saber quando e como iremos morrer.

Ao perder um ente querido, além de se conscientizar da finitude do ser humano, o indivíduo vivencia a dor da perda, da solidão e da nova realidade ainda desconhecida. Como supracitado nos capítulos anteriores, a dor por perder alguém advém do investimento afetivo-emocional depositado na pessoa falecida. Durante a única vida que temos, nos defrontamos e nos comprometemos a amar outras pessoas, ao fazermos isso ficamos à mercê de sentir a dor de perder essas pessoas, ao tentarmos evitar isso jamais saberíamos o que seria amar de verdade, pois amar e perder faz parte de nossa existência e quanto maior o sentimento de amor, maior a dor da perda.

Falar sobre morte e luto são fundamentais, pois é necessário naturalizar este tema, isto se justifica, pois, a morte é um dos principais elementos que mobilizam o homem a realizar feitos durante a vida, refletir e falar sobre a morte impulsiona o ser humano a planejar o futuro e validar sua presença em vida. Devemos compreender que morte e vida não são coisas opostas e sim paralelas, onde uma existir a outra também existirá, afinal começamos a morrer no dia em que nascemos.

É nos ensinado que a vida deve seguir um ciclo natural, o qual deve seguir uma ordem cronológica, então nascemos, crescemos, nos relacionamos com outras pessoas, realizamos feitos na vida, geramos outras vidas, perdemos nossos pais, envelhecemos e por fim, morremos. Mas quando essa ordem é invertida, como, por exemplo, no luto parental, onde os filhos morrem antes dos pais, estes sentem como

se o mundo parasse de rotacionar, pois tudo o que foi lhes ensinado e preparados para viver já não é mais o que vai acontecer.

Estes pais não verão seus filhos crescerem, se casarem, se formarem em uma universidade ou até mesmo abrir um próprio negócio e não irão conhecer seus possíveis netos. Perder um filho é perder uma possibilidade de futuro, parte da vida desses pais está perdida, assim como alguns de seus sonhos e principalmente o amor depositado em seus filhos. Estes pais jamais irão esquecer seus filhos, então não há como dizer a eles que seu luto deve ser superado ou que eles devem simplesmente seguir em frente.

De maneira geral as pessoas não sabem como ajudar ou dar apoio a pessoas enlutadas, principalmente aos pais enlutados, com isso acabam fazendo afirmações na esperança de consolar e amparar, entretanto, estas afirmações podem não ajudar, como, por exemplo, dizer aos pais que perderam um filho que: “vocês ainda podem ter outro” ou “ele está em um lugar melhor agora”. Frases como estas invalidam o sentimento de perda que o enlutado está vivenciando, como se não houvesse um porquê sofrer. E quanto mais tempo se passa depois da morte e os pais ainda estão de luto, mais as pessoas invalidam seu sentimento de perda, como se houve uma data limite para chorar por um filho perdido.

Quando paramos de tratar o luto como uma doença e sim como algo natural da vida, entendemos que não há um tempo limite para o luto e que a dor de perder alguém não é algo há ser superado ou curado, mas sim algo a ser *cuidado*. A perda deve ser integrada a vida do enlutado, pois faz parte de sua existência, e isso não significa que ele deve sofrer para o resto de sua vida, mas sim conseguir viver de maneira saudável e feliz, mesmo sem seu ente querido.

Como vimos todo e qualquer ser humano, para a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), tem em si a capacidade e a tendência ao crescimento e desenvolvimento, entretanto quando se perde alguém, o ser humano se vê em uma situação frágil, não enxergando em si esta capacidade. Sendo assim, ao ser procurado para realizar a psicoterapia de pais enlutados, o psicoterapeuta assume a função de prover um ambiente seguro, fazendo uso de atitudes que facilitem o desenvolvimento do cliente.

Pessoas em processo de luto desejam que seu sentimento seja validado e considerado, perante isso, o psicoterapeuta embasado pela Abordagem Centrada na

Pessoa deve compreender que quanto mais ele for transparente para com seu cliente, sendo autêntico e congruente, pelo menos durante o tempo de sessão, o cliente poderá experienciar seus sentimentos sem qualquer barreira, pois se sentirá seguro para isso, ao ser ouvido empaticamente o cliente consegue se expressar e vivenciar sua dor, pois sente que o psicoterapeuta o compreende profundamente e lhe possibilita ressignificar seus sentimentos, desenvolvendo assim sua capacidade de atualização, pois ao serem aceitos de maneira incondicional estes clientes conseguem desenvolver uma consideração sobre si, e à medida que essas pessoas passam a considerar a si próprias começam a se sentir livres para serem elas mesmas e principalmente conseguem integrar a dor do luto em suas vidas.

Na psicoterapia centrada no cliente enlutado, o psicoterapeuta não necessita fazer uso de técnicas específicas, mas sim ser ele mesmo, pois sua autenticidade, empatia e consideração positiva perante o cliente possibilitam a este um local seguro e acolhedor, onde ele consegue se desenvolver.

Vale ressaltar que não são todos os lutos que necessitam de psicoterapia, algumas pessoas, independentemente de sua perda, conseguem vivenciar o processo de luto e integrá-lo a sua vida naturalmente. De modo geral, é o luto complicado que normalmente necessita de auxílio de profissionais, sendo este gerado por mau desenvolvimento do processo de luto ou decorrente de como o ente querido veio a falecer.

Por fim, ressalto a importância de explorarmos este tema, a fim de integrá-lo em nossas vidas como algo natural, como de fato ele é. Ao depararmos com pais no processo de luto parental, devemos acolhê-los, considerar e validar seu sofrimento, pois estes precisam de apoio e não julgamentos.

Durante a construção do presente trabalho pude notar que há uma carência de produções que liguem a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) ao luto parental em específico, há inúmeros trabalhos sobre a atuação da psicoterapia embasada pela ACP na clínica cotidiana, entretanto, pouco se fala sobre o luto parental correlacionado a abordagem, talvez por ser um tema delicado ou talvez porque evitamos falar sobre morte e luto. Está é uma realidade que necessita ser mudada, pois ao naturalizarmos este tema, estimulando falas e reflexões sobre ele, podemos conscientizar pessoas e profissionais da saúde em como ofertar apoio aos pais de luto por seus filhos.

Profissionais da área da saúde devem buscar embasamentos para ofertar auxílio eficiente a estas pessoas, acolhendo-as e validando seu sofrimento, a fim de promover bem-estar a elas.

Rogers ressalta isto ao dizer:

Quando posso aceitar uma outra pessoa, o que significa especificamente aceitar seus sentimentos, as atitudes e as crenças que ela tem como elementos reais e vitais que a constituem, que posso ajudá-la a tornar-se pessoa: e julgo que há nisso um grande valor. (Rogers, 2009, p. 25)

Fazer parte da vida de alguém, principalmente estar ao lado desse alguém em seu momento de maior fragilidade, tendo depositado em si a confiança deste, como psicoterapeuta, é um enorme privilégio, portanto, devemos nos comprometer em ser éticos e respeitosos para com a dor de nossos clientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de lei Nº 1.640, DE 2022**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153558#:~:text=Ementa%3A%20Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.340%2C%20de%207,da%20ofendida%20n%C3%A3o%20excluem%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei>. Acesso: 10 out. 2024

BOAINAIN, E. **Tornar-se transpessoal: transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers**. São Paulo: Editora Summus, 1998.

COPPE, A. Morte: uma questão em vida. **Caderno de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 3, p. 37-39, dez. 1995.

_____.; MIRANDA, E. O psicólogo diante da urgência no pronto socorro. *In*: ANGERAMI-CAMOM, A. **Urgências psicológicas no hospital**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson, 2002. p. (61-80)

DEVINE, M. **Tudo bem não estar tudo bem**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2021.

ESCUDEIRO, A. **Tanatologia Geral: Teoria e reflexão**. Itaitinga, Ceará: Editora Saber Viver +, 2024.

FREITAS, J.; MICHEL, L. **A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica**. 2014.11 - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre morte e o morrer**. 10. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2017.

MACHADO FILHO, A. **Novíssimo dicionário ilustrado urupês**. 24. ed. São Paulo: Editora Age, 1977.

MOURA, L. Luto: um olhar sobre a experiência diante da finitude. *In*: DURANGE, W. **Abordagem centrada na Pessoa: Experiências Formativas**. Rio de Janeiro: Matilha, 2023.p.(91-106)

ROGERS, C. **Manual de Counseling**. São Paulo: Editora Encontro, 1946.

_____.; KINGET, G. M.; **Psicoterapia & relações humanas**. vol.1. Belo Horizonte: Inter livros, 1977.

_____. **Um jeito de ser.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1983.

_____. **Tornar-se pessoa.** 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SANTIAGO, M. **Abordagem Centrada na Pessoa ante o luto.** 2017. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017.

SILVA, J. **Intervenção psicológica centrada em pessoas enlutadas na pandemia de COVID-19.** 2023. 149f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2023.

SILVA, M. O início do processo de tornar-se psicoterapeuta. *In*: DURANGE, W. **Abordagem centrada na Pessoa: Experiências Formativas.** Rio de Janeiro: Matilha, 2023.p.(17-27)

TAVARES, G. **Do luto à luta.** Belo Horizonte: Editora Casa de Minas, 2001.

_____.; TAVARES, E. **E a vida continua....** Belo Horizonte: Edição do autor, 2016.